



**PREFEITURA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Palavras do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili,  
na abertura do Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental**

(5/9/13, às 18h, no Teatro Ítalo Brasileiro)

Boa noite a todas e a todos,

Serei brevíssimo em minhas palavras, apenas para saudar esse evento tão importante para os direitos humanos no Brasil. Em nome do Paulo Amarante, agradeço o convite para estar aqui, compondo essa muito honrosa mesa.

Estamos construindo a nova Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, com a perspectiva de articular políticas transversais de direitos humanos no Município. Contamos na nossa estrutura com uma assessoria especial de políticas sobre drogas e saúde mental, além do conselho municipal sobre álcool e drogas, que está em fase de reformulação. Devemos atuar junto ao conjunto de governo para fortalecer a atuação da área as saúde mental alinhada com os princípios dos direitos humanos.

Nossa diretriz principal, em qualquer atividade da Secretaria, é fortalecer a participação social como método de gestão. Na saúde mental temos atuado mais prioritariamente em duas frentes: a construção participativa do Plano Municipal sobre Drogas, que está sendo coordenado pela secretaria de Saúde, e a organização da 5ª Conferência Municipal sobre drogas, que ocorrerá no mês que vem.

O debate sobre direitos humanos no campo da saúde mental, é, na minha concepção, um dos principais pontos de estrangulamento da democracia em nosso País nos dias de hoje. São eminentes os riscos de retrocesso das conquistas alcançadas pelo movimento da luta antimanicomial e a consequência disso é muito ampla – seja na própria área da saúde mental, seja na concepção dos direitos e garantias fundamentais em geral.

Por isso, o movimento da saúde mental, especialmente a luta antimanicomial, é tão central na garantia dos direitos humanos como um todo. Desde a atual discussão sobre as antigas colônias psiquiátricas, até o contexto de internações compulsórias em manicômios disfarçados, são questões centrais para nós.

Não podemos permitir jamais a restrição injustificada de direitos nem podemos aceitar que a saúde seja usada como justificativa para violações. Avançamos muito e temos ainda mais a fazer. É essencial debater, qualificar os argumentos e construir estratégias para prosseguir.

Os direitos humanos são construídos historicamente e não admitem retrocessos. Seguimos juntos nessa luta. Um ótimo trabalho para vocês.

Forte abraço e obrigado.